

A IMPORTÂNCIA DA TRÍADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS – O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA DA VILA NOVA/SC

Suzana Maria Pozzer da Silveira

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
suzana.silveira@ifc.edu.br

Geraldo Muzeka

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
geraldo.muzeka@ifc.edu.br

Izabel Batista

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
izabellimaa99@gmail.com

Ivete Maria Grisa

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
ivete.grisa@ifc.edu.br

Luciano Streck

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
luciano.streck@ifc.edu.br

Vinicius Santana Farias

Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul, Santa Catarina – Brasil
Email: viniciuspk98@gmail.com

Recebido em 20/05/2020. Aprovado em 24/06/2020.
DOI: dx.doi.org/10.5380/guaju.v6i2.73961

Resumo

Partindo do pressuposto de que o território se constitui de um processo em construção, o artigo faz uma análise do projeto de ensino, pesquisa e extensão voltado para a implementação de uma horta comunitária em Vila Nova/SC. Trata-se de uma região do Município de Santa Rosa do Sul, situado no Extremo Sul Catarinense, caracterizada pela agricultura familiar, pela presença de assentados e pelo baixo capital social. O projeto buscou ampliar a qualificação no âmbito da agricultura familiar, dando ênfase às hortas comunitárias, com vistas a fortalecer o capital social e as redes agroalimentares alternativas em prol de um Arranjo Produtivo Local (APL). Em face do exposto, o artigo tem por objetivo efetuar uma descrição da experiência de implementação da horta comunitária, procurando explicar as lacunas e as potencialidades na construção dessa inovação, enquanto um embrião de um APL. Foram utilizadas diversas técnicas qualitativas de coleta de dados, tais como acompanhamento das atividades em diferentes espaços (comunidade, escola), interação com a comunidade e aplicação de questionários. Embora a dimensão territorial não tenha sido devidamente contemplada, em termos de intersetorialidade, o projeto teve êxito no fortalecimento dos laços

sociais, internos à comunidade e junto às instituições locais. O capital social, a conscientização, o empoderamento e a auto-organização da comunidade foram sendo construídos e/ou ampliados no processo de implementação do projeto.

Palavras-chave: arranjo produtivo local; capital social; desenvolvimento territorial sustentável.

THE IMPORTANCE OF THE TRIAD EDUCATION, RESEARCH AND EXTENSION IN THE CONSTRUCTION OF TERRITORIES – THE CASE OF THE VILA NOVA/SC COMMUNITY GARDEN

Abstract

Based on the assumption that the territory is a process under construction, the paper analyzes the education, research and extension project aimed at implementing a community garden in Vila Nova /SC. It is a region of the Municipality of Santa Rosa do Sul, located in the far south of Santa Catarina, characterized by family farming, the presence of settlers and low social capital. The project sought to expand qualification in the field of family farming, with an emphasis on community gardens, in order to strengthen social capital and alternative agri-food networks in favor of a Local Productive Arrangement (LPA). In light of the above the paper aims to describe the experience of implementing the community garden, seeking to explain the gaps and potentialities in the construction of this innovation as an embryo of a LPA. Several qualitative data collection techniques were used, such as monitoring activities in different spaces (community, school), interacting with the community and applying questionnaires. Although the territorial dimension has not been properly addressed in terms of intersectorality, the project has been successful in strengthening social ties internal to the community and with the local institutions. Social capital, awareness, empowerment and community self-organization were being built and/or expanded in the process of implementing the project.

Keywords: local productive arrangement; social capital; sustainable territorial development.

Agradecimentos: ao Instituto Federal Catarinense (IFC), à Prefeitura de Santa Rosa do Sul, ao Prof. Dimas Estevam, da UNESCO, ao Prof. João Monteiro, da Unisul, à comunidade da Vila Nova, aos estudantes e servidores do Campus IFC/SRS.

Introdução

O Extremo Sul Catarinense pode ser caracterizado como sendo uma região predominantemente rural, com atividades vinculadas à agricultura e à pecuária, com presença de pequenas e médias propriedades rurais (ESTEVAM; JORGE; SALVARO, 2014). O município de Santa Rosa do Sul segue essa tendência, tendo destaque para a produção de banana, polvilho e o ecoturismo. A Vila Nova constitui uma localidade desse município, tendo por principal diferencial a presença de famílias assentadas e uma extensão do Instituto Federal Catarinense – o Campus Santa Rosa do Sul (IFC/SRS) (SILVEIRA, 2016).

Desde o seu surgimento, um dos principais propósitos do referido campus foi o de contribuir para o desenvolvimento local, em especial das famílias assentadas da Vila Nova. Na condição de escola técnica, denominada inicialmente de EAFS (Escola Agrotécnica Federal de Sombrio), seguia os princípios das demais instituições desse porte, criadas na década de 1960, que visavam à modernização agrícola, ou revolução verde. Trata-se do sistema “escola-fazenda” cujo *slogan* era “aprender a fazer e fazer para aprender”, baseado numa visão tecnicista, setorial, e com forte ênfase no mercado de trabalho (SOBRAL, 2009).

Posteriormente, com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, as Escolas Agrotécnicas foram transformadas em Institutos Federais. Diferentemente dos propósitos que fundamentaram o surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do regime republicano, que buscava formar mão de obra qualificada para a nascente indústria, os Institutos Federais (IFs) têm por principal propósito formar um profissional cidadão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos. Eles valorizam a indissociabilidade entre formação geral e profissional com vistas à educação integral/politécnica, em prol do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões do país (PACHECO, 2010).

Com essas mudanças houve uma ampliação das vagas, e o Campus Santa Rosa do Sul – além do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio – passou a ofertar o Curso de Engenharia Agrônoma. De acordo com os novos princípios organizacionais dos IFs, o desenvolvimento local passa a ser orientado a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, da politecnicidade e, em consequência, da interdisciplinaridade.

No entanto, devido ao histórico da instituição, que no período das “escolas-fazenda” focava no tecnicismo, e à hegemonia do paradigma da modernização agrícola, o modelo

tecnicista/disciplinar ainda é predominante. Desse modo, os projetos de ensino/pesquisa e extensão realizados junto à comunidade da Vila Nova foram, tradicionalmente, pontuais/setoriais e, portanto, desvinculados de uma perspectiva territorial.

Com base no referencial teórico sobre desenvolvimento territorial sustentável (DTS), vem sendo proposto um projeto diferenciado junto à referida comunidade, pensado em curto, médio e longo prazo, sendo desde o início construído coletivamente. A partir de um diagnóstico junto aos assentados, iniciou-se um processo de encontros, rodas de conversa e palestras sobre a realidade da Vila Nova, dos agricultores, das inovações e de alternativas para melhorar a condição de vida dessas famílias.

Os encontros, iniciados em 2017, propiciaram um estreitamento dos vínculos entre os moradores e destes com o campus, resultando na construção do Curso de Qualificação em Agricultura Familiar com ênfase em Olericultura, em 2018. Na sequência, através de parcerias com a Prefeitura Municipal, universidades locais e o Instituto Federal, foi implementada a horta comunitária da Vila Nova em 2019.

Em um cenário de frágil protagonismo, baixo capital social e graus elevados de pobreza, foi possível a tessitura de laços que se materializaram num empreendimento coletivo. O papel do campus como mediador e animador desse processo foi fundamental, daí a importância dessas instituições na viabilização de novas dinâmicas de desenvolvimento territorial (TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Em face do exposto, na primeira seção do artigo consta o referencial teórico do projeto, o qual está orientado pelos pressupostos do desenvolvimento territorial sustentável, seguido de uma breve síntese do aporte metodológico. Na segunda seção, é apresentado o território do Extremo Sul Catarinense e a experiência de construção e implementação da horta comunitária. Na terceira seção são problematizados os pontos fortes e fracos do projeto, a partir do ideário de fortalecimento e difusão dessas inovações, em que as instituições locais têm um papel de agência muito importante.

Dois paradigmas do mundo rural: agrário x territorial

Desde o pós-guerra tem predominado na América Latina o enfoque na modernização agrícola ou revolução verde. Trata-se de um modelo setorial e exógeno de desenvolvimento, pautado por fatores externos ao território e que visa a substituir os “insumos tradicionais” por

“insumos modernos”. Ao focar na setorialidade, limitando o rural à agricultura e à pecuária, esse modelo não valoriza as interdependências intersetoriais e a multidimensionalidade dos processos sociais rurais. Ele aposta na modernização tecnológica e no aumento da produtividade, o que, por consequência, elevaria a renda dos agricultores (SAUER; BALESTRO, 2009; SOBRAL, 2009; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Desde essa perspectiva, a agricultura familiar/camponesa tenderia a ser substituída pela agricultura moderna. Com esse ideário, a revolução verde, constituída por um pacote tecnológico (insumos modernos) acabou subordinando a agricultura dos países em desenvolvimento aos complexos agroindustriais multinacionais. Com as novas tecnologias, decresce o número de trabalhadores permanentes e aumenta a exclusão no campo, paralelamente a um processo de crescimento econômico e facilidade de crédito para os grandes proprietários. Foram beneficiadas as culturas de exportação, da média e da grande agricultura (SOBRAL, 2009; CAUME, 2009).

Atualmente, os sistemas agroalimentares são controlados por grandes corporações, ou impérios agroalimentares, resultando em uma uniformização dos padrões de produção e contribuindo para a sinergia de três crises: desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Trata-se de uma “sindemia global” baseada no consumo de alimentos ultraprocessados, na utilização de agroquímicos/hormônios/antibióticos e no uso intensivo de combustíveis fósseis (PETERSEN; MONTEIRO, 2020; FIGUEROA-HELLAND; THOMAS; AGUILERA, 2018).

O êxodo rural e a degradação do meio ambiente corroboraram as críticas ao modelo da revolução verde e, em meados da década de 1990, surgiu o conceito de Desenvolvimento Territorial Rural. Nessa perspectiva, o rural não é sinônimo de agrícola, e a promoção do desenvolvimento rural deve basear-se num enfoque territorial em vez de setorial, o que implica considerar: 1) Território como um espaço socialmente construído, indo além da dimensão geográfica (condições físico-biológicas); 2) Diversidade setorial da economia rural; 3) Valorização da interdependência entre rural e urbano; 4) Centralidade dos atores territoriais; 5) Ator territorial coletivo – agenda territorial (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019).

Um dos principais fatores, senão o principal, para o surgimento dessa nova abordagem de desenvolvimento foi o debate público, na década de 1970, sobre a problemática ambiental. Desse marco em diante, o conceito de sustentabilidade tem estado muito em voga e está presente em diversos campos da sociedade (estado/mercado/sociedade civil) (SILVEIRA, 2013).

No entanto, a lógica utilitarista e mercadológica tem buscado se apropriar da questão ambiental, dando surgimento ao “capitalismo verde”. Ela valoriza as novas tecnologias, a tecnociência, como meios para superar o desafio da crise ambiental, pouco questionando a lógica produtivista de crescimento ilimitado, que ainda continua sendo o mote do capitalismo verde (ABRAMOVAY, 2012).

Embora novas modalidades de agricultura e arranjos produtivos locais (APLs) tenham surgido, a modernização agrícola ainda é hegemônica, tendo se revestido com o lema da sustentabilidade mais como uma jogada de marketing do que como ação realmente efetiva. Como contraponto a essas limitações, o conceito de desenvolvimento territorial sustentável não apenas considera a intersectorialidade, mas dá centralidade à dimensão ambiental, questionando a lógica desenvolvimentista e de crescimento ilimitado (VIEIRA et al., 2010). As principais dimensões consideradas pelo enfoque do DTS são:

Tabela 01 - Dimensões do enfoque de DTS

Dimensão socioeconômica	Considera as mudanças no mundo do trabalho, nos sistemas produtivos e a importância de que sejam valorizados os fatores não mercantis ou extraeconômicos, através do auxílio do Estado, por exemplo, para a economia mista e não apenas para a economia de mercado.
Dimensão sociopolítica	Incentivo a uma participação política ampliada da sociedade civil, com reconhecimento da pluralidade e do conflito.
Dimensão socioecológica	Inter-relação entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, a fim de levar em conta os impactos do desenvolvimento sobre os ecossistemas. Incentivo ao uso de tecnologias apropriadas. Estímulo a novos padrões de consumo.
Dimensão sociocultural	Mecanismos de integração sociocultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais, etc.). Valorização dos saberes, da identidade e da cultura local. Conexões culturais transescalares. Patrimônio cultural e arquitetônico. Inter-relação entre os mundos urbano e rural, entre produtores e consumidores. Inserção social e econômica das populações menos favorecidas.

Fonte: adaptado de Silveira (2013 apud ANDION et al., 2007, p. 131).

Desse modo, frente à globalização neoliberal, com o agravamento da crise ecológica e social, novas práticas solidárias que conectam as dimensões ambiental, cultural e política têm emergido. A agricultura familiar e camponesa propõe, através da agroecologia, uma reconstrução dos sistemas alimentares saudáveis, por meio da valorização da diversidade, flexibilidade adaptativa, interdependência e reciprocidade (PERTERSEN; MONTEIRO, 2020; PLOEG, 2008; PIMBERT, 2018).

Essas práticas solidárias e ecologicamente responsáveis, presentes na agricultura familiar/camponesa, contribuem para a redefinição do paradigma de desenvolvimento local, por meio do enfoque do DTS. A territorialidade considerada como um simples objeto de interesse mercantil, especulativo e predatório é insustentável em longo prazo (TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Nessa perspectiva, desde o final da década de 1980 tem se proliferado estudos sobre o desenvolvimento local, contribuindo para o aprofundamento das noções de endogeneidade, descentralização e autonomia dos sistemas produtivos localizados. Segundo Bernard Pecquer, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores sociais que conduz à elaboração de uma estratégia de adaptação às coações externas, com base numa identificação coletiva a uma cultura e a um território” (PECQUER, 2011, p. 46. In: TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Desafios do desenvolvimento territorial rural - DTR

Após vinte anos de DTR na América Latina, constatam-se muitos pontos positivos e também negativos. Assim como no caso do paradigma agrário, que levou séculos para se consolidar, essa modalidade também requer um processo de construção, envolvendo acertos e erros. No entanto, considerando a complexidade das sociedades atuais, a interdependência dos problemas e as demandas de maior inclusão social e sustentabilidade, conforme consta na Agenda 2030 da ONU, o DTR torna-se mais apropriado para responder a esses desafios, advertem Berdegué e Favareto (2019) no documento da FAO: “Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe”.

Segundo os referidos autores, entre os aspectos positivos dessa modalidade de desenvolvimento, podem ser destacados: a consolidação do desenvolvimento territorial (DT) como a principal narrativa do desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe; a importância das iniciativas de DT em territórios com poucas vantagens comparativas no mercado internacional; o impulsionamento de políticas de “baixo para cima”, com maior participação social, o que tornou as instituições mais transparentes e mais participativas.

Entre os desafios, os autores destacam a dificuldade de passar de um enfoque setorial agropecuário a um enfoque territorial, pois a própria organização setorial do Estado impõe

limites aos desenhos intersetoriais de desenvolvimento. A temática ambiental, o emprego rural não agrícola e o pagamento de serviços ambientais são iniciativas que multiplicaram e diversificaram as lógicas setoriais, pouco contribuindo para um planejamento intersetorial no seu sentido social, econômico e institucional. Em relação à participação social, tende a predominar a presença de um setor do rural como, por exemplo, a agricultura familiar. Assim, embora os vínculos sejam ampliados no território, a inércia setorial dificulta formas mais densas de coordenação, capazes de formar coalisões territoriais.

Apesar dos desafios, os autores ressaltam a importância de uma segunda geração de políticas e programas de DTR na América Latina, uma vez que esse enfoque segue sendo a melhor alternativa para fazer frente aos condicionantes, restrições e oportunidades que enfrentam as sociedades rurais da região. Os enfoques setoriais de desenvolvimento rural são, atualmente, menos pertinentes que há 20 anos, pois as sociedades rurais são diversas, mais complexas social e economicamente, e mais independentes dos espaços urbanos (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019).

Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU contribuem para que o DTR recupere sua vocação de ser uma estratégia intersetorial, articulando agendas territoriais com o cumprimento dos ODS no meio rural. Como se sabe, nos países da América Latina a extrema pobreza se concentra no meio rural. A região também possui a maior desigualdade de renda no mundo, segundo o relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019). Nesse contexto, a inovação das atividades produtivas e a forma de governança dos ecossistemas deverão ser alguns dos motores centrais da nova economia rural.

A agricultura e as atividades primárias seguirão tendo participação considerável, porém, com a valorização da diversificação das economias rurais, somada à conservação e valorização do meio ambiente e do patrimônio cultural local. Todas as evidências apontam para as interdependências intersetoriais e para a multidimensionalidade dos processos sociais rurais, como posto na Agenda 2030 da ONU. Os ODS constituem uma oportunidade singular para favorecer a transição do modelo setorial/agrário para o modelo territorial/intersetorial, sendo capaz de criar um discurso convergente entre governo, empresas e organizações sociais (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019).

Corroborando essa análise a discussão sobre interdisciplinaridade surgida nas décadas de 1960/70, a partir da emergência de problemáticas sociais, ambientais e políticas em diversas partes do mundo. A interdisciplinaridade consiste numa abertura, num diálogo de

integração entre ciência, tecnologia e sociedade para a construção de novos paradigmas. Valoriza a interdependência dos diferentes conhecimentos, exigindo uma postura metodológica diferenciada. Não abandona a abordagem disciplinar, mas faz uma crítica às formas convencionais de saberes disciplinares, valorizando os saberes não científicos/tradicionais, a primazia das indagações de natureza ética/estética, do tipo “para quê” e “para quem”, e a integração de ensino, pesquisa e extensão com as práticas dos atores sociais (RATTNER, 1995).

Dessa análise pode-se depreender que o modelo da modernização agrícola está fundamentado em um método causal/linear, com postulados de um mundo mecânico e previsível, pautado na fragmentação do conhecimento em várias disciplinas. A partir das discussões sobre interdisciplinaridade e abordagem sistêmica, emerge um novo modelo conceitual e metodológico que considera as interações entre diferentes variáveis de áreas diversas do conhecimento (meio ambiente físico, produção industrial e agrícola, estrutura sociopolítica). Essa abordagem é “diferente da pesquisa mecanicista e neopositivista que investiga os ‘fatos’ a partir dos ‘dados’ e as relações isoladas e específicas entre diversos fenômenos, produzindo conclusões parciais para problemas parciais” (RATTNER, 1995, p. 44).

A problemática ambiental constitui um exemplo que ilustra essa situação, pois os níveis de poluição, erosão, desertificação, urbanização caótica e desemprego estrutural são vistos como desafios pontuais, corrigíveis pela tecnociência, sem uma preocupação com as raízes desses desequilíbrios. Ou seja, não se considera que os ecossistemas são frágeis, interdependentes, dispõem de “recursos” limitados e sofrem constantes impactos da ação antrópica. Não obstante, cada vez mais fica explícito que a complexidade dos problemas é global, sendo estes interdependentes, constituindo um sistema de interações, não podendo ser devidamente compreendidos por análises reducionistas de saberes compartimentados (TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Em geral, as ações corretivas têm sido ambivalentes, fragmentadas, com pouco potencial de estabelecer um novo padrão de relacionamento dos seres humanos entre si e com a natureza. Isso porque implicam uma nova episteme que não condiz com a cultura, ainda hegemônica, da tecnociência neopositivista. Daí a dificuldade das políticas públicas em operarem de modo intersetorial, assim como dos profissionais em trabalhar ensino/pesquisa/extensão a partir da interdisciplinaridade, pois toda a formação acadêmica foi disciplinar.

O desenvolvimento territorial sustentável demanda a formação de coalisões

territoriais, com presença de diferentes atores, instituições e organizações sociais. Aparentemente, pode-se concluir que universidades, institutos federais e escolas teriam um papel chave nesse processo, como mediadores e animadores dessas novas dinâmicas. No entanto, a prevalência da disciplinaridade, do tecnicismo e da hegemonia do paradigma científico analítico-reducionista dificulta o papel de agência dessas instituições (TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

No âmbito da sociedade civil, afora alguns grupos mais participativos, em geral há fragilidade no protagonismo, no empoderamento e no capital social, em decorrência de todo um processo sócio-histórico que converge para uma cidadania incompleta (MEDINA, 2011; DURSTON, 2000; ABRAMOVAY, 2000; CARVALHO, 2004). Contribui para esse quadro a presença de clientelismo, patrimonialismo e nepotismo nas relações entre sociedade e instituições públicas no Brasil.

Desse modo, pode-se concluir que o DTR e/ou o DTS implicam um processo de aprendizado coletivo, de uma nova episteme de fortalecimento de vínculos intra e extraterritoriais, ou do capital social. As experiências exitosas têm muito a contribuir nesse processo, constituindo-se de modelos/referências às demais, como, por exemplo, as redes de agroecologia, de economia solidária, as metodologias participativas como o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), a Acreditar, voltada para o microcrédito solidário, entre outras (SERTA, 2020; ACREDITAR, 2020; ECOVIDA, 2020).

Breve síntese do aporte metodológico

Na pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, o que implicou considerar os microprocessos e a flexibilidade na coleta dos dados (MARTINS, 2004). Foram utilizados questionários e observação direta – sendo esta, muitas vezes, participante (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

Primeiramente, foi feito um diagnóstico da Vila Nova, em meados de 2017, envolvendo uma amostra de cinquenta famílias de um total de, aproximadamente, oitenta residentes no local. Nesta etapa foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas, além da realização de visitas domiciliares e encontros com a comunidade. O objetivo foi gerar uma maior proximidade e obter um panorama do local, em termos de averiguar os desafios da comunidade e as possíveis linhas de atuação por parte da equipe do PROEJA

(Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Após a análise dos dados do referido diagnóstico, foram sendo ampliados os encontros junto à comunidade e as sugestões de atividades e cursos a serem realizados. Além disso, esses dados serviram de subsídios para a construção dos questionários aplicados, posteriormente, a trinta e seis famílias, conforme aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC), na data de 20/03/2019, com o número do parecer 3210.766 e registro CAAE 08689319.8.0000.8049.

Em diferentes momentos, os questionários foram aplicados pela equipe do projeto, envolvendo docentes, discentes e bolsistas, através de visitas domiciliares ou via agendamento com os assentados que trabalham no campus IFC/SRS como terceirizados. Na perspectiva sociológica, o uso de questionários diferencia-se da mera sondagem de opinião, pois considera as hipóteses da pesquisa e suas correlações (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

Embora os questionários e a observação participante tenham sido importantes, a metodologia mais utilizada em todo o processo foi a Pedagogia da Alternância (PA). Criada em 1935, na França, a PA configura-se como uma metodologia que considera diferentes experiências formativas, espaços e tempos. Trata-se de uma metodologia que articula educação e trabalho, teoria e prática, tendo a experiência vivida como chave no aprendizado. Visa à formação integral do jovem e ao desenvolvimento local, possibilitando a reflexão-ação em diferentes espaços (escola, família, comunidade, trabalho) (ESTEVAM, 2012).

A Comissão PROEJA incentivou os assentados, ao longo de todo o processo, a participação nos cursos, palestras e rodas de conversa sobre temas variados, com ênfase na agricultura familiar – olericultura –, assim como nas atividades em campo. Desse modo, nos primeiros meses dos anos 2018 e 2019 foram ofertadas atividades de cunho teórico, tais como aulas, palestras e, na sequência, atividades em campo, seja na fazenda do campus, nas propriedades dos estudantes ou ainda em visitas técnicas. Posteriormente, os estudantes voltavam a realizar estudos, discussões, assistir palestras, paralelamente às atividades práticas em diferentes espaços. Em 2019, a maioria dessas atividades práticas foram realizadas no contexto da construção da horta comunitária, tendo por referência o slogan “ação-reflexão-ação” (PELICIONI; PHILIPPI, JR., 2014).

O território do Extremo Sul Catarinense

A região é formada por quinze municípios distribuídos do litoral à Encosta da Serra Geral, fazendo divisa com o Rio Grande do Sul, no sentido sul, conforme figura 01. A população da região é estimada em 202.289 habitantes, sendo o município de Araranguá o mais populoso, com 68.228 habitantes. A população é diversificada, e os primeiros habitantes foram os grupos indígenas Carijó e Xocleng. Os europeus açorianos-portugueses ocuparam mais a faixa litorânea e, posteriormente, no século XIX, chegaram italianos, germânicos, poloneses, entre outros (LINS; SANTOS, 2017).

Figura 01 - Mapa da Microrregião de Araranguá-SC



Fonte: AMESC (2012); FECAM (2020).

A economia da região está baseada na agropecuária, com forte presença da agricultura familiar, sendo 91,02% dos estabelecimentos de pequena propriedade, tendo a maioria menos de 10 hectares. Nos últimos anos, o setor agropecuário teve uma queda de 15,40%, e a indústria e o comércio cresceram 20,03%. A queda da agropecuária foi decorrente, em parte, da diminuição de uma das atividades predominantes na região, a fumicultura. Os principais produtos cultivados são: arroz (32,32%), frango (34,28%) e fumo (26,22%) da produção total, enquanto os demais produtos – banana, bovinos e madeira – representam em torno de 4% da produção (ESTEVAM; JORGE; SALVARO, 2014).

A dependência dos três principais produtos (arroz, frango e fumo) acaba impactando a economia de toda a região quando há crises nesses setores. Embora existam atividades comerciais, transportes e serviços, a economia está alicerçada na utilização de recursos

naturais, e as demais atividades estão vinculadas à agricultura, pecuária e pesca. Trata-se, portanto, de uma região predominantemente rural. Corrobora para isso o baixo crescimento demográfico de alguns municípios da AMESC (ESTEVAM; JORGE; SALVARO, 2014).

Da década de 1990 em diante, a indústria de vestuário passou a se expandir na região. Muitas lojas, redes de outlets, shoppings e centros comerciais foram inaugurados às margens da BR 101. Em relação à mão de obra, a maior parte é terceirizada, e um dos desafios é que a oferta de trabalhadores qualificados, em termos de experiência e conhecimento prático, é limitada. Atualmente, a indústria de produção de roupas é a que mais emprega no extremo sul. Em segundo lugar vem a produção de alimentos e, em terceiro, o setor calçadista (LINS; SANTOS, 2017).

Ainda se observa nessa região o processo de litoralização, tendo sido grande o crescimento dos municípios litorâneos, enquanto ocorre uma redução populacional nos municípios mais interioranos. A qualidade de vida e a boa infraestrutura atraem muitos aposentados para as áreas litorâneas (LINS; SANTOS, 2017).

O Índice Médio de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos municípios da AMESC é de 0,568, tendo tido uma redução de 1,39% em relação ao IDMS de 2014 (0,576), o que indica um decréscimo no processo de desenvolvimento sustentável da região. Em relação à situação da pobreza, se comparada ao Estado, a região encontra-se no nível médio de classificação, com Morro Grande e São João do Sul apresentando os níveis mais baixos (FECAM, 2017).

O município de Santa Rosa do Sul – sede do campus IFC/SRS

O município de Santa Rosa do Sul possui uma área de 164,48 km² e uma população de 8.261 habitantes. Embora seja uma região predominantemente agrícola, tem atividades comerciais, indústria do polvilho e ecoturismo. Destaca-se, no cenário catarinense, por sediar a maior festa do polvilho e da banana, a 'Polvilhana', bem como por receber estudantes de diferentes regiões do país que procuram cursos técnicos e superiores no Instituto Federal Catarinense - Campus Santa Rosa do Sul. Na cultura, destacam-se os folguedos populares Boi de Mamão e Maracatu (GPM, 2016).

Embora o campus tenha sido implantado em 1993, os assentamentos rurais iniciaram em 1987, pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), na Vila

Nova. Trata-se de uma área rural do município de Santa Rosa do Sul onde fica a sede da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), atual IFC Campus Santa Rosa do Sul (FARIAS, 1998). Caberia ao campus, em parceria com uma série de instituições, atores regionais e locais, dar apoio à Vila Nova, assentamento de pequenos agricultores, principalmente na área de irrigação e drenagem, além de contribuir para o desenvolvimento rural da região.

Ainda que os assentamentos tenham iniciado em 1987, com a extinção da SUDESUL em 1990 pelo governo federal, o projeto foi praticamente paralisado e, mais tarde, caiu no esquecimento. Em janeiro de 1996, o Estado de Santa Catarina, via Diretoria de Assuntos Fundiários, assumiu o projeto, mas também o abandonou, o que faz com que até hoje permaneça a indefinição quanto à titulação das terras ocupadas pelos assentados, acarretando em uma série de dificuldades, como o acesso a financiamentos, entre outras (REINKE, 2009; SILVEIRA, 2016).

Devido ao descaso e à incerteza quanto à titulação das propriedades, muitos assentados migraram para outros lugares e, atualmente, cerca de oitenta famílias residem no local. Pelo projeto inicial, cada família teria direito a ocupar até 10 hectares de terra. No entanto, segundo relato dos agricultores, trata-se de terras ruins, devido ao risco de enchentes, com áreas de banhado e muitas partes tomadas pelo mato. Os principais produtos cultivados são: milho, aipim, pitaya, maracujá, arroz, feijão, fumo e cana-de-açúcar (REINKE, 2009; SILVEIRA, 2016). Embora a agricultura familiar esteja presente, a principal fonte de renda de parte significativa dos assentados é oriunda do trabalho terceirizado no Campus IFC/SRS, como faxineiras, merendeiras, seguranças e auxiliares de produção.

A clientela do Campus IFC/SRS inclui alunos de diferentes regiões de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e, em número menor, de outras regiões do país. Grande parte desses alunos são filhos de agricultores, pecuaristas e fumicultores. O campus oferece o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e o Curso Superior de Engenharia Agrônômica. A sua localização geográfica no município de Santa Rosa do Sul lhe confere uma posição estratégica, por estar situado próximo a uma rodovia muito importante, a quinze quilômetros da BR 101, e a duas capitais da Região Sul, estando a 250 km da capital de Santa Catarina, Florianópolis, e a 220 km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (TEIXEIRA, 2012).

A construção da horta comunitária na Vila Nova

Devido à demora na regularização fundiária, à falta de infraestrutura e de oportunidades de geração de renda, ao êxodo rural e, em consequência, à desagregação social, em termos de laços comunitários, a comunidade tem um descrédito muito grande em relação às inovações, estando muito desmotivada. Nas conversas com os assentados, iniciadas em 2017, era muito comum ouvir: *“isso não vai dar certo, aqui nada dá certo, o pessoal não tem união, estamos cansados”*. Ao insistir na importância da união para fortalecer as reivindicações e somar força em prol da Vila Nova, muitos diziam que *“não adianta, há quanto tempo que já estamos assim, só tem promessa, o pessoal não acredita mais”*.

Mesmo diante dessas adversidades, a equipe do PROEJA do campus continuou insistindo, divulgando a abertura de um curso de qualificação em agricultura familiar paralelo a um curso preparatório para a prova do ENCCEJA (Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), a ser realizado em 2018. Após muitas visitas, convites e diagnóstico da realidade local, alguns resolveram participar das rodas de conversa, sendo a primeira sobre a *“Vila Nova que temos e a Vila Nova que queremos”*.

Depois de uma breve exposição da coordenadora do PROEJA sobre *“territórios vitoriosos”* – territórios nos quais a população local fez a diferença através da união e da auto-organização –, a turma foi dividida em grupos e a cada um deles foi proposto um tema. Após quinze minutos de conversa e discussão sobre o tema sorteado – que se relacionava a lazer, saúde ou trabalho na Vila Nova – o grupo deveria apontar os pontos fortes do que já existia na comunidade e o que poderia ser feito para melhorar. Terminadas as apresentações, o tema que mais chamou a atenção foi o saneamento, em especial o problema da falta de água potável.

A partir dessa temática chave, iniciou-se uma problematização sobre como resolver a situação e quais eram as possibilidades. Foi apontada a importância das parcerias, a fim de pressionar as autoridades para a efetivação da demanda. Considerando que a magnífica reitora visitaria o campus, foi sugerido agendar uma conversa junto à comunidade, de modo a dar visibilidade à situação que já se estendia há anos. Atendendo a solicitação, a magnífica reitora se dispôs a ajudar, sugerindo uma audiência com as autoridades ou a realização de um abaixo-assinado.

Na sequência, em nova Audiência Pública no campus para tratar sobre o saneamento,

ficou definido que a comunidade faria um abaixo-assinado relatando a situação e solicitando providências. Após a coleta de inúmeras assinaturas da comunidade, dos alunos e dos professores, o abaixo-assinado foi enviado ao prefeito municipal pelo representante da Vila Nova (liderança comunitária).

Em um período relativamente curto, as máquinas da prefeitura já iniciavam a movimentação para abertura de poços artesianos e viabilização dos encanamentos para a distribuição da água. Paralelo a isso, a comissão PROEJA continuava desenvolvendo atividades como, por exemplo, a palestra sobre cooperativismo e associativismo, que contou com um convidado externo, o professor Dimas Estevam, da UNESCO (Universidade do Extremo Sul Catarinense), além de um curso preparatório para a prova do ENCCEJA, entre outras atividades.

Após quase trinta anos de espera, a conquista da água potável foi um marco para os assentados da Vila Nova. Desse momento em diante, a motivação tornou-se outra. Por meio de um aprendizado coletivo, eles entenderam, de fato, a importância da união, do grupo. A partir disso, foi possível a construção de um curso de qualificação profissional junto aos assentados, cuja maioria optou pela agricultura familiar com foco em olericultura. A escolha desse enfoque decorreu da maior facilidade de implementação dessa atividade, podendo, na sequência, contribuir para a viabilização de uma futura horta comunitária.

Na construção do curso, em 2018, a Comissão PROEJA, em parceria com os assentados, considerou perspectivas de curto, médio e longo prazo. A ideia era que o curso não fosse apenas mais uma atividade, limitando-se a mais um certificado, mas que fizesse a diferença em termos de aprendizagem e aplicação prática, seguindo os pressupostos da Pedagogia da Alternância (ESTEVAM, 2012). Além disso, o curso foi pensado a partir da revisão de literatura sobre as experiências dos “territórios vitoriosos” tendo sido pautado, portanto, pelo referencial do desenvolvimento territorial sustentável (VALE, 2006; VIEIRA et al., 2010).

O Curso de Qualificação em Agricultura Familiar com foco em Olericultura conseguiu agregar uma turma de quarenta alunos, sendo que dezenove concluíram com presença de 75%. Além da qualificação profissional, o curso valorizou as hortas comunitárias e as experiências coletivas, tais como cooperativas, redes de agricultores, além da importância da sustentabilidade. Em paralelo às atividades e aulas teóricas eram realizadas rodas de conversa com lideranças de outras hortas comunitárias e visitas técnicas a empreendimentos solidários no âmbito da agricultura familiar. A combinação entre teoria e prática foi fundamental para

manter o interesse e o engajamento dos estudantes.

Ao término do curso, no final de 2018, a própria turma já estava demandando a implementação de uma horta comunitária na Vila Nova. A proposta foi encaminhada, em formato de projeto, ao edital de ensino, pesquisa e extensão do IFC, e foi aprovada para implementação em 2019. De forma semelhante ao curso anterior, a mediação entre teoria e prática continuou, com a ampliação da qualificação profissional sobre comercialização de produtos da agricultura familiar, PANCs (Plantas Alimentícias não Convencionais), alimentação saudável, entre outros temas. As parcerias foram ampliadas, tendo, novamente, a prefeitura municipal apoiado a viabilização do projeto.

Desse modo, em 2019 foi implantada, em parceria com uma série de atores, a horta comunitária da Vila Nova a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Além de estreitar o vínculo do campus com a comunidade e com os demais atores territoriais, essa inovação vem contribuindo para a integração local, pensada num processo de médio e longo prazo.

A horta comunitária compreende uma inovação sociotécnica, implicando a valorização do trabalho coletivo, a alimentação saudável, a importância das parceiras, o cuidado com o meio ambiente e a valorização do território (HERRERA; UGARTE, 2008). Ela está baseada nos princípios da Pedagogia da Alternância por articular educação e trabalho, teoria e prática (ESTEVA, 2012). No entanto, embora o projeto tenha obtido êxitos, há uma série de desafios que exigem uma reflexão, pois implicam mudanças profundas em diferentes níveis. Sendo assim, na próxima seção serão detalhados os pontos fortes e fracos do projeto à luz do referencial sobre DTS e DTR.

A horta comunitária da Vila Nova – limites e potencialidades

Na revisão de literatura sobre desenvolvimento local/territorial, é comum encontrar estudos de casos sobre inovações que já estão em andamento, ou seja, de territórios com certa organização dos atores locais, em termos de governança, de implementação de APLs e de ações conjuntas. No caso da Vila Nova, havia o oposto disso, predominando um baixo capital social, desmotivação e a ausência de inovações que poderiam contribuir para o desenvolvimento territorial. Nesse contexto, as mediações tiveram um papel de agência muito importante, na condição de facilitadoras/animadoras desse processo.

No caso dos Institutos Federais, um dos seus principais propósitos é o de contribuir

para o desenvolvimento local. No entanto, se comparados ao ensino, nota-se que a extensão e os serviços à coletividade são pouco considerados. Assim como as universidades, essas instituições tendem a reforçar a lógica dos sistemas socioculturais dominantes, com predomínio de uma visão fragmentada e setorial das problemáticas territoriais (TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Essas limitações ajudam a entender a predominância de projetos pontuais, sem uma perspectiva de médio e longo prazo, interdependentes ao território. A formação acadêmica disciplinar corrobora o fortalecimento desse *modus operandi*. Assim, por mais que conste nos projetos e documentos a importância da interdisciplinaridade e do desenvolvimento local, a viabilização prática acaba muitas vezes ficando comprometida.

Nos territórios mais exitosos, a organização e a demanda da sociedade civil são fundamentais para alavancar essas iniciativas, tendo destaque os movimentos sociais, ONGs, fóruns, redes e entidades diversas. Essas organizações não têm se limitado à crítica ao sistema e/ou falta de oportunidades e direitos, operando de forma mais proativa e propositiva. Elas procuram colocar em prática inovações em diversos âmbitos, seja na produção ou na criação de novas formas de gestão e organização social mais participativas, horizontalizadas e dinâmicas (RICCI, 2010).

Essas novas formas de organização correspondem às inovações sociotécnicas, as quais constituem uma tecnologia organizativa e grupal que envolve um saber fazer e um saber aliar-se, implicando processos de aprendizagem que podem ser replicados (HERRERA; UGARTE, 2008). Consistem em transformações lentas, de médio e longo prazo, por meio de mudanças cumulativas. Um exemplo emblemático são as redes de agricultores familiares e agroecológicos, tais como a Rede Ecológica de Agroecologia e as experiências no âmbito da economia solidária (SILVEIRA, 2013).

No caso da Vila Nova, embora tenha a presença de agricultores sem-terra, não há uma conscientização, por exemplo, sobre a questão agrária no Brasil, como é comum no âmbito dos movimentos sociais rurais. Uma das explicações possíveis para isso é o fato de o projeto dos assentamentos ter partido de uma superintendência estatal, não sendo uma demanda do coletivo (Vila Nova) enquanto um projeto em construção que requer auto-organização, aprendizado coletivo, como ocorre nos movimentos de luta pela terra. Trata-se de uma iniciativa de desenvolvimento local *top-down*, o que ajuda a explicar a fragilidade de protagonismo e capital social, e a predominância no imaginário coletivo da ideia de “esperar” que alguém faça, que resolva os problemas – seja a prefeitura municipal, o Instituto Federal

ou outra entidade.

Nesses termos, pode-se afirmar que os desafios “de fundo” na viabilização das inovações resultariam, por um lado, dessa cultura não protagonista da comunidade da Vila Nova, a qual decorre de um processo sócio-histórico de construção do território em que a sociedade civil não teve participação. Por outro lado, também resultam da cultura hegemônica do paradigma científico analítico-reducionista e, em consequência, de uma visão agrária/setorial e, portanto, reducionista do rural.

Assim, por mais que o projeto de construção da horta comunitária tenha sido pautado pelo referencial do DTS, pouco, de fato, foi implementado em consonância com as dimensões desse enfoque. No entanto, o ponto alto – talvez o grande diferencial – do projeto foi ter colocado em questão a inércia dessas dinâmicas. Primeiro, ao contemplar na proposta a integração entre ensino, pesquisa e extensão; segundo, ao construir a inovação (horta comunitária) via bottom-up, valorizando o processo de construção coletiva, em termos de questionamentos da realidade vigente e das possibilidades de mudança junto aos assentados.

Nesse contexto, pode-se concluir que a proposta teve êxito, independentemente do quanto foi ou não possível concretizar, pois ela foi capaz de mexer as “peças” em prol de outra engenharia social, o que justifica considerar a horta comunitária uma inovação sociotécnica (HERRERA; UGARTE, 2008). Posto isso, na sequência será apresentada uma tabela com a síntese dos principais objetivos de cada uma das dimensões (ensino, pesquisa e extensão), tendo por eixo integrador o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (econômico, social, ambiental, político e cultural).

Tabela 02 - Dimensões consideradas no Projeto da Horta Comunitária da Vila Nova

DIMENSÃO ENSINO	DIMENSÃO EXTENSÃO	DIMENSÃO PESQUISA
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre olericultura e hortas comunitárias; - Apresentar noções de fruticultura, principalmente consorciada com hortaliças; - Destacar a importância do tratamento e da destinação dos resíduos orgânicos; - Agregar as plantas medicinais e frutíferas à olericultura; - Incentivar a olericultura agroecológica; - Demonstrar a importância da alimentação saudável e o impacto na saúde; - Educar sobre uso, processamento e combinação de alimentos (culinária); - Ensinar técnicas de informática para divulgação da horta; - Ministras aulas dos cursos Técnico em Agropecuária e Engenharia Agrônoma na horta comunitária; - Trabalhar a importância da educação ambiental a partir da horta comunitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar casos de sucesso no âmbito das hortas comunitárias através de palestras, rodas de conversa, vídeos; - Mostrar como a olericultura pode ser beneficiada por técnicas da agroindústria; - Apoiar a implantação de hortas domésticas, tendo por referência hortas já existentes na comunidade; - Propor reuniões junto à comunidade para tratar de temas de seu interesse; - Fazer compostagem; - Visita técnica ao horto da COOPERJA, em Jacinto Machado; - Vivência no Sítio Divina Cura, no Balneário Arroio do Silva; - Integrar os alunos dos cursos Técnico em Agropecuária e Engenharia Agrônoma às atividades da horta comunitária (preparo do solo, plantio, irrigação, etc.); - Dispor laboratórios e hortas do campus e a agroindústria como suporte, caso seja necessário, para a horta comunitária; - Abrir a horta comunitária para visitas de escolas e da comunidade em geral, a fim de difundir-la junto às demais comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Balizar as atividades de ensino e extensão, tendo por referência as dimensões do conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (econômico, social, ambiental, político, cultural); - Examinar como as atividades da horta reduzem custos na compra de alimentos e/ou constituem fonte alternativa de renda; - Verificar como a integração dos agricultores e assentados entre si e com o campus, na viabilização da horta, contribui para ampliar o capital social; - Observar se a consciência ambiental, em termos de separação e destinação correta do lixo, bem como de preferência por alimentos saudáveis, vem sendo ampliada na comunidade; - Analisar as conexões com instituições (prefeitura, empresas, IFC...), a fim de entender se favorecem o empoderamento e a auto-organização da comunidade; - Averiguar o quanto a atividade contribui para o fortalecimento da cultura local, em termos de valorizar as especificidades da Vila Nova.

Fonte: Elaborado pelos autores

Como posto, embora a ideia inicial fosse sempre, ou na medida do possível, articular as temáticas do ensino, da extensão e da pesquisa com a questão territorial, em geral, não foi possível. A dimensão territorial acabava sendo explorada mais nas rodas de conversa,

nas palestras e nas visitas técnicas. O desafio de fazer essa ponte decorreu, principalmente, da formação setorial/agrária dos docentes e técnicos e do pouco tempo hábil para uma formação interdisciplinar. Embora nos Institutos Federais o ensino deva balizar a pesquisa e a extensão, na prática é comum os profissionais terem uma carga significativa de aulas, o que dificulta a dedicação a outras atividades para além da sala de aula.

Isso posto, na dimensão do ensino foi aprofundado o conhecimento sobre olericultura e hortas comunitárias por meio de encontros teóricos e práticos. Ao relacionar a alimentação com essas temáticas, foram consideradas as PANCs da Vila Nova e do Território do Extremo Sul Catarinense, abordadas em palestra da coordenadora do Museu do IFC/SRS. Além de explicar a importância dessas plantas e seu uso pela cultura local, ela ofereceu degustação com iguarias compostas por PANCs. A nutricionista do campus também realizou palestra sobre alimentação saudável, uso/processamento e combinação de alimentos. O professor da Unisul fez uma apresentação sobre a importância das sementes crioulas, mostrando como ocorre a troca de sementes entre os agricultores e como a comunidade pode acessá-las.

No âmbito da educação ambiental foi trabalhada a importância da compostagem e da separação do lixo. Tais atividades foram realizadas nas casas de alguns agricultores, de modo a unir teoria e prática, como pressupõe a pedagogia da alternância. A atividade, nesse formato, foi ampliada pelo bolsista do projeto, que a levou a uma escola do município que possui horta escolar.

Foram realizadas na horta comunitária várias aulas ministradas por docentes integrantes do projeto, na área de olericultura e agricultura familiar do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. Estudantes do curso de Engenharia Agrônoma também contribuíram nas atividades da horta, como voluntários e bolsistas, tanto com atividades práticas quanto participando de rodas de conversa e/ou palestras realizadas junto à comunidade. Na medida do possível, na disciplina de sociologia do referido curso técnico, o projeto da horta comunitária era usado como exemplo para trabalhar questões como capital social, cidadania, empoderamento, desenvolvimento local/territorial e sustentabilidade.

Na dimensão da extensão, estudantes dos cursos do IFC/SRS participaram das atividades da horta, estreitando o vínculo com a comunidade e conhecendo a realidade local. Para alguns, esse foi o único momento de interação com a Vila Nova. As rodas de conversa serviram para fortalecer a construção coletiva, para ouvir os agricultores, suas demandas, dificuldades, expectativas e seus sonhos, bem como para expor vídeos sobre

casos exitosos de hortas comunitárias, que eram seguidos de discussão ou de um palestrante que apresentava a sua experiência nesse âmbito.

A equipe da horta comunitária também contou com um estande na 3ª Exposição Tecnológica da Agricultura Familiar (AGROTEC), o que contribuiu para estreitar os vínculos da comunidade com o campus e apresentar a experiência aos visitantes da feira. Devido ao contingenciamento de recursos por parte do governo federal, não foi possível realizar as visitas técnicas programadas.

Os vínculos com a prefeitura municipal foram adensados, embora tenha havido certa demora na ratificação da parceria, em termos de entrega dos materiais à comunidade. Isso se deu porque os recursos do projeto via edital não cobriam todos os custos, sendo fundamental o apoio de entidades externas. Como a prefeitura tinha confirmado apoio, a comunidade, através de seu representante, solicitou a cedência de materiais, tais como tela e palanques para a construção do empreendimento. Ao não responder o pedido, ou ao se dizer favorável, mas não tomar atitudes práticas, a prefeitura contribuiu, indiretamente, para fortalecer a unidade do grupo. Foram feitas rodas de conversa e encontros diversos a fim de pensar alternativas possíveis, pois o cercado da horta era um item básico, cuja falta inviabilizava o plantio, mesmo os canteiros estando prontos.

Após várias solicitações, a comunidade decidiu que, caso a prefeitura não resolvesse o impasse, eles iriam efetuar a parceria com uma cooperativa da região. Antes de isso acontecer, a prefeitura enviou a tela, os palanques e a tinta para pintá-los, assim como dois profissionais para fazer a cerca da horta comunitária em uma área pública de 25 metros de largura por 75 metros de comprimento. Esse caso foi mais um exemplo concreto da importância da auto-organização, da unidade entre os assentados e das parcerias, fortalecendo o grupo e os laços territoriais (VALE, 2006).

Na dimensão da pesquisa, como mencionado anteriormente, o ensino e a extensão deveriam ser norteados pelo conceito de DTS, o que acabou não ocorrendo por uma série de limitações. Entre as principais, está a predominância do enfoque analítico-reducionista, que reforça a setorialidade, a disciplinaridade e a fragmentação do conhecimento. Mesmo assim, a iniciativa foi válida, tendo contribuído ou apontado nessa direção no que se refere, por exemplo, à consciência ambiental, em termos de cuidados com o meio ambiente via produção agroecológica, alimentação saudável, separação do lixo e uso de compostagem.

O estreitamento dos vínculos da comunidade com o campus, estudantes, professores,

servidores, com instituições locais, prefeitura, UNESC e escola do município contribuiu para fortalecer os laços internos e externos da Vila Nova, resultando em um aumento do capital social da comunidade. Quanto maior o “estoque” de capital social, maior será a probabilidade de aumentar o empoderamento dos atores locais. O capital social é uma forma de capital que se aprecia com o uso e é produzida coletivamente pelas comunidades sociais, constituindo-se, portanto, de um “recurso” derivado de relacionamentos (VALE, 2006; DURSTON, 2000).

No item sobre redução de custos com alimentos e geração de renda extra, mencionado na Tabela 02, podendo ainda referir-se aos dados de produção obtidos na horta, não foi possível averiguar. Isso porque houve uma significativa demora na viabilização da horta, devido a empecilhos na construção da cerca, no preparo do solo e no ataque de pragas. O que foi produzido na horta, especificamente as hortaliças, foi consumido pelas famílias integrantes do projeto. Uma das colheitas teve sobra desses produtos e eles foram comercializados junto a professores, servidores do campus e comunidade da Vila Nova. No entanto, as experiências de excedente foram poucas e pontuais, o que dificulta uma análise do impacto na redução dos custos de alimentação e/ou na geração de renda.

A ideia norteadora, o eixo do projeto, é que ele se constitua como um futuro embrião de um APL, mas para isso é preciso um amadurecimento, em termos de trabalho contínuo da equipe, de formação e de aprimoramento da produção, da gestão e da comercialização. Para ampliar o circuito de comercialização junto a feiras e mercados, é preciso garantir uma regularidade de produtos, o que requer tempo, continuidade e aprendizado coletivo. Devido a isso, o projeto foi estruturado como um processo contínuo, de curto, médio e longo prazo.

Em relação à cultura local, o projeto propiciou uma recuperação de atividades que eram desenvolvidas na comunidade e que podem ser revalorizadas, como um modo de integrar e fortalecer os laços sociais. Uma dessas ideias, surgida numa roda de conversa sobre os direitos das mulheres e a importância do Dia Internacional da Mulher, foi a retomada das atividades do Clube de Mães.

Segundo relato das agricultoras, antigamente o clube de mães era muito forte na Vila Nova, recebendo apoio da Secretaria de Assistência Social para a compra de tecidos, tintas, linhas e telas para os trabalhos manuais, e constituindo-se como um espaço de convivência lúdica na comunidade. Nesse mesmo encontro, decidiu-se retomar o clube de mães, e uma das participantes ficou responsável por verificar a cedência de espaço junto à prefeitura – por exemplo, uma sala na escola da comunidade –, além de apoio para a compra dos materiais. Trata-se de mais uma iniciativa surgida a partir da conversa e da interação

social, o que dificilmente seria possível sem esse espaço de troca.

Portanto, o diálogo e a construção coletiva dos territórios são fundamentais na viabilização das inovações. O tempo, pensado em curto, médio e longo prazo como constitutivo de um processo aberto em que a comunidade é a principal protagonista, é outro aspecto muito importante. As mediações têm um papel chave. Elas funcionam como animadoras, talvez coadjuvantes, mas o ator central nesse processo é a comunidade. Essa centralidade da comunidade é necessária porque nem sempre as instituições/ mediações poderão acompanhar as iniciativas, cabendo, principalmente, aos atores locais o fortalecimento e a difusão dessas inovações no território (SILVEIRA, 2013).

Considerações finais

Devido a uma série de desafios que as sociedades contemporâneas enfrentam – como pobreza, desigualdades sociais, crise ambiental – urge a reinvenção de novas modalidades de consumo, comércio e agricultura que sejam condizentes com essa realidade. As inovações pautadas no DTS e na agroecologia põem em questão a raiz da crise atual, não se limitando a ajustes pontuais, considerando, por outro lado, a interdependência de todos esses problemas em diferentes âmbitos (social, cultural, ambiental, político e econômico) (VIEIRA et al., 2010; FIGUEROA-HELLAND; THOMAS; AGUILERA, 2018).

Desse modo, pensar a pobreza e a degradação ambiental no meio rural implica questionar o modelo hegemônico produtivista da modernização agrícola. Em vez da diversidade, da produção local e da reciprocidade, esse modelo valoriza a especialização produtiva, as cadeias globais de *commodities* e o individualismo competitivo (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019; PIMBERT, 2018; PLOEG, 2008).

Segundo essa visão modernizante do rural, os camponeses e agricultores familiares iriam aos poucos se adaptar a essa lógica empresarial, e suas modalidades de produção seriam, inevitavelmente, superadas. No entanto, muitos agricultores familiares não conseguiram se inserir nas cadeias produtivas do agronegócio, em razão de uma série de fatores que essa dinâmica demanda, como investimentos, racionalização de todo o processo produtivo, cumprimento de metas, entre outros (CAUME, 2009). A alternativa para muitos desses agricultores foi a auto-organização via associações, cooperativas, redes, sendo uma referência importante na Região Sul do Brasil a Rede Ecovida de Agroecologia.

A organização dos agricultores em rede constitui uma inovação muito importante, pois além de facilitar a inserção nos mercados, contribui para estreitar os laços ou conexões territoriais, fortalecendo o capital social. No caso das redes de agroecologia, há uma valorização da identidade do agricultor familiar, da vida em comunidade, pautada pela lógica da reciprocidade, e uma ênfase na reconstrução dos sistemas alimentares saudáveis. Desse modo, essas inovações em redes vêm tecendo uma nova cultura organizacional, tanto nas relações de produção, quanto nos circuitos de comercialização. Elas valorizam a proximidade local, os produtos frescos, o contato direto com o consumidor em feiras e entregas em domicílio, entre outros (SILVEIRA, 2013).

Nesse contexto, as conexões constituem ativos no processo de reterritorialização, pois as parcerias com instituições locais, comunidade e empresas são fundamentais no fortalecimento das inovações e/ou dos APL. Portanto, não se trata de mais um nicho de mercado, mas de dinâmicas que vão constituindo uma nova modalidade de desenvolvimento local. O desafio consiste em fortalecer essas inovações, de modo a elas se difundirem no território (VIEIRA et al., 2010).

O papel das mediações é essencial no incentivo, na orientação e no apoio a essas dinâmicas, assim como na formulação de novos referenciais teóricos e metodológicos para compreender essas experiências, como pressupõe o DTS. Frente à lógica das corporações e grandes empreendimentos, a agricultura familiar e camponesa persiste com suas especificidades nas relações de trabalho e no processo produtivo. Ela valoriza os laços familiares, a tradição, a comunidade, sendo o “saber fazer” passado de uma geração a outra (PLOEG, 2008; TREMBLAY; VIEIRA, 2011).

Em face desse panorama, o projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido junto à comunidade da Vila Nova procurou pensar o território com o coletivo local, propondo alternativas possíveis. Uma delas foi a viabilização de uma horta comunitária enquanto um embrião de um APL. Além de propiciar uma fonte de renda extra, melhorar a alimentação, tornando-a mais saudável, e estreitar os vínculos entre os atores locais, a horta comunitária constitui um elo nessa cadeia voltada à reterritorialização dos sistemas agroalimentares, e no fortalecimento das dinâmicas de desenvolvimento local. Com esses propósitos em vista, o projeto foi pensando e estruturado a partir da ótica do desenvolvimento territorial sustentável, a qual instiga a valorização da intersectorialidade, da sustentabilidade, do aprendizado coletivo e o fortalecimento dos laços como constituintes de ativos territoriais (VALE, 2006; VIEIRA et al., 2010).

Para a comunidade da Vila Nova, a horta comunitária pode ser considerada um marco em termos de auto-organização, empoderamento e integração local. No entanto, por ser uma atividade ainda embrionária, requer uma consolidação e um reconhecimento maior por parte da comunidade. Há uma resistência em participar, pelo fato de ela estar restrita a um pequeno grupo de dez famílias – as quais, realmente, tomam a frente nas atividades. Junto às famílias estão alguns estudantes do campus, dos cursos Técnicos em Agropecuária e Engenharia Agrônômica, além de professores e técnicos administrativos.

As mediações, em especial do Campus IFC/SRS, procuram orientar as atividades, racionalizando o processo, na medida do possível, segundo o ritmo da comunidade. Apressar o andamento da horta ou estabelecer um protocolo de organização parece não ser o modo mais apropriado. Um exemplo disso foi a sugestão de uma das mediações de implementar, na horta comunitária, o sistema de agrofloresta, com assessoria de um especialista nessa modalidade de agricultura. Sua sugestão não foi aceita pela maioria do grupo, tendo inclusive surgido certa resistência e mal-estar com a proposta. Com base nisso, foi possível perceber a importância do médio e longo prazo no sentido de respeitar o tempo e as decisões da comunidade, mesmo quando contrárias às mediações.

Outro aspecto interessante e que, neste caso, sempre funcionou, foi mostrar e incentivar o lado lúdico da horta, da troca, do encontro, da conversa com os vizinhos, sem o compromisso da eficiência produtiva, racional e monetária. Era comum ouvir dos agricultores: *“não precisamos um técnico especializado, a gente sabe plantar”, “vamos aos poucos, vamos fazendo como a gente sabe, como a gente gosta”*. Esses comentários evidenciam a lógica por trás da ação dos agricultores – ou seja, uma lógica de reciprocidade que envolve o lúdico, a amizade, o prazer em realizar o trabalho, em vez da racionalidade instrumental e individualista, que visa apenas ao interesse econômico. Trata-se de uma prova concreta do *modus operandi* da agricultura familiar/campesina (PLOEG, 2008; CAUME, 2009). Isso não significa que eles não estejam preocupados em comercializar os produtos e gerar renda, mas isso está longe de ser a principal motivação para dedicarem o seu tempo às atividades da horta comunitária.

A gestão da horta, com a entrada de novos integrantes e a futura inserção em circuitos de comercialização para além da comunidade, está no horizonte do coletivo, existindo a preocupação de como viabilizar esses processos da forma mais adequada. Em decorrência disso, o projeto em andamento da horta comunitária envolve as três dimensões – ensino, pesquisa e extensão –, as quais são os suportes fundamentais para a consolidação

e, quiçá, difusão dessa inovação no território do Extremo Sul Catarinense. Portanto, justifica-se a continuidade do referido projeto, e o Instituto Federal é um elo chave nesse processo, fazendo jus à sua própria razão de ser: fortalecer o desenvolvimento local – neste caso, via formas de convivência social solidárias, democráticas e ecológicas.

Referências

ABRAMOVAY, R.. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**. Ribeirão Preto. Vol. IV, n. 2, p.379 - p.397, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ACREDITAR. **Capital humano e transformação social**. Disponível em: <https://www.acreditar.org.br/#>. Acesso em: 10/05/2020.

AMESC, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Relatório do movimento econômico da Microrregião de Araranguá**. Araranguá: AMESC, 2012.

BERDEGUÉ, J.A; FAVARETO, A. Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. **2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe**, Santiago de Chile, n. 32. FAO, 2019. Disponível em: https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2019/10/2019_berdegue_favareto_dtr_seriefaoagenda2030.pdf. Acesso em: 20/03/2020.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAUME, D.J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul. v. 14, n. 1, 2009. Universidade de Santa Cruz do Sul.

DURSTON, J. **Qué es el capital social comunitario?** CEPAL – División de Desarrollo Social. Santiago de Chile, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf>. Acesso em: 20/05/2011.

ECOVIDA, Rede. Rede de agroecologia. Disponível em: <http://ecovida.org.br/>. Acesso em: 20/03/2020.

ESTEVAM, D.O. **Casa familiar rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2012.

ESTEVAM, D.O; JORGE, T.P.; SALVARO, G.I.J. Características socioeconômicas da Região do Extremo Sul Catarinense: uma análise entre o rural e o urbano. **Revista NECAT**, Florianópolis, ano 3, n.º 6, Jul-Dez de 2014.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios. **Implantação da Ferrovia Translitorânea entre Içara e Porto Alegre**. Disponível em: <http://mobilizacao.fecam.org.br/objetivos.php?id=7>. Acesso em: 08/04/2020.

FECAM, Federação Catarinense de Municípios. **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – Associação dos Municípios do Extremo sul Catarinense**, 2017. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1078801_AMESC.pdf. Acesso em: 08/04/2020.

FIGUEROA-HELLAND, L.; THOMAS, C.; AGUILERA, A.P. Decolonizing Food Systems: Food Sovereignty, Indigenous Revitalization, and Agroecology as Counter-Hegemonic Movements. **Perspectives on Global Development and Technology**. v. 17, p.173-p.201, 2018. Disponível em: https://brill.com/view/journals/pgdt/17/1-2/article-p173_173.xml?language=en. Acesso em: 20/04/20.

GPM, Gerenciador de Portais Municipais. **Município de Santa Rosa do Sul**. Disponível em: <http://www.santarosadosul.sc.gov.br/>. Acesso em 20/02/2016.

GRAZIANO SILVA, J. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998.

HERRERA, A. R.; UGARTE, H. A. **Claves de la innovación social em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.

LINS, H.N.; SANTOS, L.C. O extremo sul catarinense em debate: ensaio sobre a socioeconomia regional. In: ESTEVAM, D. O; FARIAS, T. R. **Ensaio sobre a economia sul catarinense**. Criciúma: UNESC, 2017.

MARTINS, H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 02. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em 20/04/2018.

MEDINA, J.G.V. Una definición estructural de capital social. **Redes – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**. Espanha. vol.20, n. 6, Junho 2011.

PACHECO, E.M; PEREIRA, L.A.C; DOMINGOS SOBRINHO, M.. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PETERSEN, P.; MONTEIRO, D. **Agroecologia ou Colapso** (1). Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/agroecologia-ou-colapso-1/>. Acesso em: 05/05/20.

PHILIPPI J.R., A.; PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Monole, 2014.

PIMBERT, M. P. Global Status of Agroecology: A Perspective on Current Practices, Potential and Challenges. **Economic & Political Weekly**. vol. LIII, n. 41, October 13, 2018. Disponível em: https://www.agroecologynow.com/wp-content/uploads/2018/10/EPW-Agroecology-Michel_P_Pimbert2.pdf. Acesso em: 20/03/2020.

PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2019.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RATTNER, H. Meio ambiente e desenvolvimento: apontamentos para uma perspectiva interdisciplinar. **Cad. CRH**, Salvador, n.23. p.37-47, jul/dez 1995. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18716/12089>. Acesso em 18/03/2020.

REINKE, A. **Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Villa Nova**, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio. 72 f. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RICCI, R. Os desafios dos movimentos sociais hoje. Entrevista: **IHU On-Line** – Edição 325, 21-04-2010. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=3164. Acesso em: 22/04/2010.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SERTA, Serviço de Tecnologia Alternativa. **Histórico**. Disponível em: <http://www.serta.org.br/sobre/>. Acesso

em: 05/04/2020.

SILVEIRA, S.M.P. **A importância da educação ambiental no fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável:** o papel dos Institutos Federais. 2016. Trabalho de Conclusão de Licenciatura. Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVEIRA, S.M.P. **Redes de agroecologia:** uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 f. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

SOBRAL, J.M.F. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. V. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>. Acesso em: 20/11/2019.

TEIXEIRA, J.E.C. **Cultura e mudança organizacional:** um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. 2012. 219 f. Dissertação (Mestre em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

TREMBLAY, G.; VIEIRA, P.F. (orgs). **O papel das universidades no desenvolvimento local:** experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

VALE, G.M.V. **Laços como ativos territoriais:** análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social. 2006. 388f. Tese de doutorado. Departamento de Administração. Universidade Federal de Lavras, Lavras.

VIEIRA, P., CAZELLA, A.A., CERDAN, C., CARRIÈRE, J.P. (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil:** subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.